

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 25
(JUL-DEZ)
2016
PP. 405.421.

SOBRE PIRATAS ROMÂNTICOS E BRNCOS FACÍNORAS: REPRESENTAÇÕES DE CANUDOS E ANTÔNIO CONSELHEIRO NOS ESCRITOS DE MACHADO DE ASSIS E EUCLIDES DA CUNHA

PRISCILA SALVAIA

Mestre em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

priscila_salvaia@hotmail.com.br

RESUMO

Neste artigo propomos o cotejamento das representações a respeito de Canudos e seu líder, Antônio Conselheiro, presentes nos escritos de Machado de Assis e Euclides da Cunha. Inicialmente, na crônica “Canção de Piratas” (1894), do primeiro autor, tomaremos contato com um movimento social libertário, e concebido em diálogo com a estética romântica. Em contraposição, na obra *Os Sertões* (1902), do segundo autor, toma corpo uma outra visão de Canudos, desta vez, pautada pela barbárie daqueles que retrocediam no processo de evolução da história. Colocaremos em debate ambas as narrativas, tentando compreender quais as referências teóricas que conduziram os autores em suas construções simbólicas sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis; Euclides da Cunha; Canudos; Antônio Conselheiro.

ABSTRACT

In this paper we propose a comparison between representations on Canudos and its leader, Antônio Conselheiro, that are presented in writings by Machado de Assis and Euclides da Cunha. Initially, we analyze the chronic "Canção de Piratas" (1894), written by the first author. In it, we will take

contrast, on the narrative *Os Sertões* (1902), from the second author, creates another vision of Canudos. In this case, the text is guided by the barbarism of those who retreated in the process of evolution of history. Then, we put in debate both narratives, trying to understand which are the theoretical references that led the authors creating those symbolical constructions.

KEYWORDS: Machado de Assis; Euclides da Cunha; Canudos; Antônio Conselheiro.

1 Introdução

Em meio às modernidades e violências que marcaram o início do período republicano no Brasil, localizado no longínquo sertão baiano - e, supostamente, à margem da História - surgiria um movimento sociorreligioso liderado por um beato, dito santo e capaz de oferecer abrigo e alento para os miseráveis entregues aos desmandos da estrutura latifundiária e aos flagelos da seca: nos referimos ao líder Antônio Conselheiro que, juntamente com seus milhares de seguidores, conceberam a comunidade de Canudos.

No presente artigo, não pretendemos acompanhar cronologias ou propor qualquer tipo de pesquisa historiográfica empírica a respeito de tal movimento, daí a imprecisão que norteou o primeiro parágrafo. Interessam-nos as abordagens e as representações de Canudos e seu líder, presentes nos escritos de Machado de Assis e Euclides da Cunha. E tendo em vista a natureza deste texto, sinalizamos que nosso estudo se limitará à análise de duas narrativas específicas: no caso do primeiro autor, iremos nos debruçar sobre uma crônica publicada em 1894, originalmente sem título, mas apelidada “Canção de Piratas”. E, no caso do segundo escritor, nos ocuparemos de um dos capítulos de *Os Sertões* (1902), intitulado “O Homem” (CUNHA, 2001 [1902], p.149-327).

E embora possa soar arbitrário, de antemão, explicaremos o recorte proposto. Interessa-nos cotejar experiências diversas a respeito de um mesmo tema, trazendo à tona as mais diferentes perspectivas que nortearam as percepções acerca do conflito de Canudos. Ao longo dessa

trajetória, iremos nos deparar com visões completamente opostas, tanto de projeto historiográfico quanto de forma literária, contudo, ambos os autores convergem ao reconhecer certo poder de mobilização social inquestionável em Canudos.

Porém, se a luta dessa população seria libertária, retrógrada, pautada por valores nobres, sinônimo de inadequação aos valores civilizados da nova república, etc... Tais argumentos seriam mobilizados de acordo com a experiência e o ponto de vista de cada indivíduo. Enfim, parece que as leituras a respeito de tal movimento são inesgotáveis e, as maneiras de representá-lo literariamente, também são passíveis de grande variabilidade. Sem hierarquizá-los, e tentando compreendê-los em suas especificidades, propomos o exame atento desses discursos enriquecedores em suas dissonâncias.

2 Os piratas românticos de Machado de Assis.

A crônica “Canção de Piratas”, publicada em 22 de julho de 1894 e atribuída a Machado de Assis, integra a série *A Semana* (1892-1897), que veio a lume na *Gazeta de Notícias*, um dos mais influentes jornais da época¹. Há de se considerar as especificidades em publicar-se em tal meio, já que este cotidiano jornalístico nutrirá, ou servirá de mote, para a composição de muitas dessas crônicas (GRANJA; CANO, 2008; GRANJA, 2009). Além disso, diferentemente de outras séries do literato, no caso de *A Semana*, apesar da ausência de assinatura, havia o consenso de que era o já aclamado mestre que estava por trás de tais textos (GLEDSON, 1996). É importante afirmar-se isso, pois, pouco antes, o autor tinha se ocupado de outra série de crônicas, intitulada *Bons dias!* (1888-1889) e, neste caso, tal conjunto seria assinado por um pseudônimo, um escritor-personagem, o que tornava os caminhos até seu criador ainda mais tortuosos.

Motivo de muitas controvérsias entre os especialistas no tema, delineamos tais questões pela razão de que tudo isso

irá esbarrar na problemática da presença ou ausência de um narrador ficcional, principalmente quando se estuda uma série de autoria tão evidente (SOUZA, 2015). As galhofas, ironias e chistes presentes nesses textos poderiam ser interpretados como opiniões do próprio Machado de Assis? Propomos uma postura muito cuidadosa. Como diversos estudiosos têm demonstrado, admitimos que a crônica seria um gênero constantemente invadido pela matéria cotidiana do jornalismo, ainda assim, seguimos defendendo o seu estatuto literário (RAMOS, 2010). Isto posto, partimos com a intenção de chegar em Machado de Assis, todavia, cientes de que tudo será filtrado por esquemas narrativos. Em suma, sabemos que lidamos com uma voz ficcional, mas admitimos que tal voz entoasse as intenções de seu maestro.

Rotineiramente noticiado em toda a imprensa da época (BARTELT, 2009a), Canudos teria habitado o imaginário do autor que, por distintas vezes, dedicou-se ao tema. Numa outra crônica de *A Semana*, em tom provocativo ao leitor, o narrador machadiano abordaria a emergência de certo Messias, uma

“celebridade” que “brigava lá fora” e que despertava a curiosidade dos que se encontravam do “lado de dentro”. Abaixo segue um trecho transcrito:

Conheci ontem o que é celebridade. Estava comprando gazetas a um homem que as vende na calçada da Rua de São José, esquina do Largo da Carioca, quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor com voz descansada:

— Me dá uma folha que traz o retrato desse homem que briga lá fora.

— Quem?

— Me esqueceu o nome dele.

Leitor obtuso, se não percebeste que “esse homem que briga lá fora” é nada menos que o nosso Antônio Conselheiro, crê-me que és ainda mais obtuso do que pareces. A mulher provavelmente não sabe ler, ouviu falar da seita dos Canudos, com muito pormenor misterioso, muita auréola, muita lenda, disseram-lhe que algum jornal dera o retrato do Messias do sertão, e foi comprá-lo, ignorando que nas ruas só se vendem as folhas do dia. Não sabe o nome do Messias; é “esse homem que briga lá fora”. A celebridade, caro e tapado leitor, é isto mesmo. O nome de Antônio Conselheiro acabará por entrar na memória desta mulher anônima, e não sairá mais. Ela levava uma pequena, naturalmente filha; um dia contará a história à filha, depois à neta, à

porta da estalagem, ou no quarto em que residirem. (ASSIS, 1897, p. 1).

“Dentro” e “fora” são noções bastante relativas na construção do excerto destacado. Alojada no interior do centro irradiador do poder político, uma mulher simples, moradora de um quarto de estalagem, procurava por uma folha que trouxesse o retrato do homem que brigava lá fora. Mas, qual dos miseráveis encontrava-se do lado de fora? A mulher, que no Rio de Janeiro sofria com a exclusão social, ou o ícone, geograficamente distante, mas com seu retrato estampado no jornal? A personagem evocada não sabia ler, - e conhecemos as dificuldades de acesso à educação no Brasil do século XIX - mas, o(a) leitor(a) que acompanhava a crônica de Machado, seria intimado a compreender que o homem que brigava lá fora atendia por Antônio Conselheiro, caso contrário, faria papel de obtuso, tapado, ou pouco inteligente. Afinal, há muito de alienação em não reconhecer-se uma celebridade. Como lenda misteriosa, o Messias seguiria fascinando a anônima mulher que transmitiria suas memórias para futuras gerações.

Havia um exercício de alteridade permeando toda a crônica exposta, e, talvez, esse seria o principal esforço de Machado de Assis nas distintas vezes em que tratou do Conselheiro e sua gente. Contudo, por sua vivência, as referências mobilizadas pelo cronista também eram filtradas pela atmosfera metropolitana. Ou seja, Machado operava “de dentro” com a intenção de ler o que se encontrava “do lado de fora”. Ademais, ainda pela experiência calcada na capital fluminense, as notícias a respeito do movimento provinham de discursos alheios. Por isso, postulamos que, para o bruxo, Canudos apresentava-se como um símbolo.

De acordo com Pierre Bourdieu (1989), o poder simbólico remete a uma construção da realidade por meio da linguagem, criando, desta forma, homogeneidades passíveis de estabelecer concordâncias entre as inteligências. Todavia, e ainda de acordo com Bourdieu, como todas as relações de comunicação, as produções simbólicas também criam integrações fictícias, já que são concebidas de maneira indissociável das relações de poder. Alinhando-nos às

conclusões deste estudioso, e após identificar o lugar social de onde Machado lia e construía o seu Antônio Conselheiro, sem mais delongas, apresentamos quase que integralmente a “Canção de Piratas”:

Telegrama da Bahia refere que o Conselheiro está em Canudos com 2.000 homens (dois mil homens) perfeitamente armados. Que Conselheiro? O Conselheiro. Não lhe ponhas nome algum, que é sair da poesia e do mistério. É o Conselheiro, um homem dizem que fanático, levando consigo a toda a parte aqueles dois mil legionários. Pelas últimas notícias tinha já mandado um contingente a Alagoinhas. Temem-se no Pombal e outros lugares os seus assaltos.

Jornais recentes afirmam também que os célebres clavinoteiros de Belmonte têm fugido, em turmas, para o sul, atravessando a comarca de Porto-Seguro. Essa outra horda, para empregar o termo do profano vulgo que odeio, não obedece ao mesmo chefe. Tem outro ou mais de um, entre eles o que responde ao nome de Cara de Graxa. Jornais e telegramas dizem dos clavinoteiros e dos sequazes do Conselheiro que são criminosos; nem outra palavra pode sair de cérebros alinhados, registrados, qualificados, cérebros eleitores e contribuintes. Para nós, artistas, é a renascença, é um raio de sol que, através da chuva miúda e

aborrecida, vem dourar-nos a janela e a alma. É a poesia que nos levanta do meio da prosa chilra e dura deste fim de século. Nos climas ásperos, a árvore que o inverno despiu é novamente enfolhada pela primavera, essa eterna florista que aprendeu não sei onde e não esquece o que lhe ensinaram. A arte é a árvore despida: eis que lhe rebentam folhas novas e verdes.

Sim, meus amigos. Os dois mil homens do Conselheiro, que vão de vila em vila, assim como os clavinoteiros de Belmonte, que se metem pelo sertão, comendo o que arrebatam, acampando em vez de morar, levando moças naturalmente, moças cativas, chorosas e belas, são os piratas dos poetas de 1830. Poetas de 1894, aí tendes matéria nova e fecunda. Recordai vossos pais; cantai, como Hugo, a canção dos piratas:

En mer, les hardis écumeurs!
Nous allions de Fez à Catane...

Entrai pela Espanha, é ainda a terra da imaginação de Hugo, esse homem de todas as pátrias; puxai pela memória, ouvireis Espronceda dizer outra canção de pirata, um que desafia a ordem e a lei, como o nosso Conselheiro. Ide a Veneza; aí Byron recita os versos do Corsário no regaço da bela Guiccioli. Tornai à nossa América, onde Gonçalves Dias também cantou o seu pirata. Tudo pirata. O romantismo é pirataria, é o banditismo, é a

aventura do salteador que estripa um homem e morre por uma dama.

Crede-me, esse Conselheiro que está em Canudos com os seus dois mil homens, não é o que dizem telegramas e papeis públicos. Imaginai uma legião de aventureiros galantes, audazes, sem ofício nem benefício, que detestam o calendário, os relógios, os impostos, as reverências, tudo o que obriga, alinha e apruma. São homens fartos desta vida social e pacata, os mesmos dias, as mesmas caras, os mesmos acontecimentos, os mesmos delitos, as mesmas virtudes. Não podem crer que o mundo seja uma secretaria de Estado, com o seu livro do ponto, hora de entrada e de saída, e desconto por faltas. O próprio amor é regulado por lei; os consórcios celebram-se por um regulamento em casa do pretor, e por um ritual na casa de Deus, tudo com etiqueta dos carros e casacas, palavras simbólicas, gestos de convenção. Nem a morte escapa à regulamentação universal; o finado há de ter velas e resposos, um caixão fechado, um carro que o leve, uma sepultura numerada, como a casa em que viveu...

Não, por Satanás! Os partidários do Conselheiro lembraram-se dos piratas românticos, sacudiram as sandálias à porta da civilização e saíram à vida livre.

A vida livre, para evitar a morte igualmente livre, precisa comer, e daí alguns possíveis assaltos. Assim também o amor livre. Eles não irão às vilas pedir moças em casamento. Suponho que se casam a cavalo, levando as

noivas à garupa, enquanto as mães ficam soluçando e gritando à porta das casas ou à beira dos rios. [...] (ASSIS, 1894, p. 1).

Tão fascinado quanto a mulher humilde da estalagem, o narrador de Machado de Assis novamente esboça a figura de um Conselheiro quase mítico. E como arquétipo heroico, o seu Messias seria concebido à revelia de precisões. Quem era o Conselheiro apresentado? O Conselheiro. Uma figura alusiva, desfigurada, e que fora colhida em esteio romântico. É certo que existiam notícias efetivas de uma turba de criminosos, que seguia aterrorizando sertões alhures, entretanto, era seguro afirmar que as informações provinham de cérebros alinhados, contribuintes e eleitores. Portanto, mentes legalistas insensíveis ao teor revoltoso e inovador daquele movimento. Os elegantes clavinoteiros nordestinos se assemelhavam aos piratas de Victor Hugo e, como tais, lutavam com base em valores cavalheirescos: morria-se por damas, por altruísmo. Sendo assim, os assaltos eram perdoáveis. Enfim, a despeito da

civilização, os rebeldes matizavam aquele fim de século com cores de liberdade.

3 Os brancos facínoras de Euclides da Cunha.

Obra essencial no deslumbramento das matrizes do pensamento social brasileiro, *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, é reconhecido como referência obrigatória na compreensão dos esquemas interpretativos que versam sobre os nossos traços indentitários. Tendo o cientificismo por fio condutor, o autor constrói sua narrativa a partir de um viés evolucionista que opera em conformidade com as determinações do meio. Dessa maneira, o livro constitui-se de três longos capítulos: “A Terra”; “O Homem” e “A Luta”. Lineares, as partes confluem para o argumento de que o isolamento e a hostilidade do sertão contribuíram para a formação de um povo decrépito pela sua mestiçagem e forte em sua capacidade de adaptação.

Conforme elucidado anteriormente, no presente artigo iremos nos limitar à análise de “O Homem”, onde o autor propõe uma genealogia da formação etnológica do sertanejo. Tal capítulo é organizado em torno de alguns itens: no primeiro, é retomada a questão do meio físico e suas reflexões na formação das raças; no segundo, é delineada a gênese do jagunço, tipo formado pelas influências do bandeirante (destemeroso) e do jesuíta (resignado); na sequência, são rastreadas as origens e a sina de Antônio Conselheiro e, ao fim dessas páginas, a “Jerusalém de taipa” surgia como *urbes* e a luta já era esperada (CUNHA, 2001 [1902], p.150).

Especialmente no item sobre o Conselheiro, nos deparamos com a exposição de todo o processo de formação do dito falso apóstolo. Dessa forma, como broto da árvore carcomida da família dos Maciéis, Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, também sofreria das inevitáveis nevroses e tendências impulsivas presentes em indivíduos das chamadas “raças inferiores”. Nesse sentido, - e tudo de acordo com o narrador euclidiano - o tal Conselheiro deveria ser

compreendido como alguém que se encontrava nas fronteiras oscilantes da loucura, numa zona onde se confundem facínoras e heróis. Para piorar, a índole ruim seria acentuada pela desonra de uma esposa infiel e, conseqüentemente, o homem cairia em desgraça. Nesse momento, surgiria o profeta errante, documento vivo do atavismo e autômato de sua “genealogia degenerada”. Líder de um bando de maltrapilhos afeitos à rapina (CUNHA, 2001 [1902], p.269), o monstro entraria para história, muito embora, pudesse ter ido para o hospício:

[...] Da mesma forma que o geólogo interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações esboça o perfil da montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si só nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado, ele se perde na turba dos nevróticos vulgares. Pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva. Mas posto em função do meio, assombra. É uma diátese, e é uma síntese. As fases singulares de sua existência não são, talvez, períodos sucessivos de uma moléstia grave, mas são, com certeza, resumo abreviado dos aspectos predominantes de mal social gravíssimo. Por isto o infeliz destinado à

solicitude dos médicos, veio, impellido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para história como poderia ter ido para o hospício. [...] (CUNHA, 2001 [1902], p.251-252).

[...] Em seu desvio ideativo vibrou sempre, a bem dizer exclusiva, a nota étnica. Foi um documento raro de atavismo. (CUNHA, 2001 [1902], p.253).

[...] Parou aí indefinitivamente, nas fronteiras oscilantes da loucura, nessa zona mental onde se confundem facínoras e heróis, reformadores brilhantes e aleijões tacanhos, e se acotovelam gênios e degenerados. Não a transpôs. Recalcado pela disciplina vigorosa de uma sociedade culta, a sua nevrose explodiria em revolta, o seu misticismo comprimido esmagaria a razão. [...] (CUNHA, 2001 [1902], p.256).

O recorrente argumento da ausência de uma unidade de raça, colhido nas acepções do darwinismo social, estruturou parte significativa da obra. Sendo assim, o autor propôs duras críticas aos cruzamentos desequilibrados (entre raças “superiores” e “inferiores”) que, teoricamente, resultariam em sujeitos instáveis e fracos moralmente:

Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. (CUNHA, 2001 [1902], p.156-157).

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço da união entre as raças, breve existência

individual em que se comprimem esforços seculares - é, quase sempre, um desequilibrado.” (CUNHA, 2001 [1902], p.199-200).

E, tendo-se em vista essa perspectiva evolucionista, ao longo da narrativa seríamos advertidos do fado do progresso: “Ou progredimos, ou desaparecemos” (CUNHA, 2001 [1902], p.157). Nesses termos, a evolução biológica era condição para a evolução social, sendo que o tal Conselheiro, por suas notas étnicas miscigenadas e pela influência do meio atroz, apresentava-se como inadequado a qualquer projeto de civilização.

As raízes teóricas de toda essa construção ideológica provinham ainda de filósofos naturalistas, como Humboldt e Buffon, que identificavam o homem como parte da natureza, daí a associação do sertanejo com a aspereza e agressividade do meio que o integrava. Distanciando-se do líder, e tratando da tipificação do sertanejo, o narrador de *Os Sertões* chega a propor algumas concessões que podem até soar ambíguas aos

leitores desavisados: Figura que sintetiza a fealdade, o sertanejo esbanjaria altivez quando cavaleiro sobre a caatinga... “Preguiçoso”, “fatigado”, a acocorar-se, mas apto e enérgico para a lida cotidiana... “Hércules-Quasímodo”... “Titã acobreado”... Um forte, antes de tudo (CUNHA, 2001 [1902], p.207-208). Nessa ótica, o homem sertanejo, apesar de bronco e mal formado, teria se beneficiado do isolamento geográfico (CUNHA, 2001 [1902]) e, na melhor das hipóteses, poderia ser futuramente incorporado ao projeto republicano de nação brasileira.

Lidamos com um autor sabidamente formado em reduto militar-positivista (GALVÃO, 1984), sendo assim, é provável que tal projeto de inserção fosse idealizado via educação, embora seja difícil afirmar-se algo para além disso. De acordo com Lima (1997), em *Os Sertões*, o literato reservaria sua inequívoca simpatia para o sertanejo, enquanto vítima de um sistema excludente, mas a simpatia não seria suficiente para o investimento político. Outros estudiosos, como Abreu (1998), enxergam em Euclides certas intenções de

inclusão do sertanejo, como parte de um projeto republicano em processo de construção. Caminhando paralelamente, por entre os escritos do jornalista Euclides da Cunha, iremos nos deparar com a sombra de um povo valoroso, passível de integração, mas que fora corrompido por uma liderança vil:

Tem a mais sólida, a mais robusta têmpera essa gente indomável! [...] Ainda não consegui lobrigar a mais breve sombra de desânimo em seus rostos, onde se desenham privações de toda a sorte, a miséria mais funda; não tremem, não se acobardam e não negam as crenças mantidas pelo evangelizador fatal e sinistro que os arrastou a uma desgraça incalculável.

Sejamos justos – há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estoica e incoerável, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados e cada vez mais acredito que a mais bela vitória, a conquista real consistirá no incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente, à nossa existência política. (CUNHA, 1897, online).

Ainda sobre a experiência do autor na imprensa, cabem algumas observações. Como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, Euclides acompanhou *in loco* a

derradeira expedição militar que pôs abaixo o povoado de Canudos (ABREU, 1998). Os impactos de presenciar-se tamanha violência são incomensuráveis, e alguns críticos chegam a propor que tal vivência seria capaz de transformar a leitura de Euclides acerca do suposto teor antirrepublicano presente no movimento. A duras penas, o expedicionário compreenderia que Canudos não era a nossa Vendéia, ainda assim, seguiria defendendo que o combate à revolta era um mal necessário (CUNHA, 1897). O argumento encontrava respaldo na orientação do citado periódico - reconhecidamente vinculado à oligarquia paulista - onde Euclides da Cunha atuava.

O exercício empírico do jornalista, teoricamente, garantiria certa legitimidade às suas informações, além disso, o discurso literário euclidiano também seria profundamente influenciado pelas ressonâncias de seu testemunho. A evidência da pesquisa documental, e os dados precisos sobre a realidade local, demonstram que a obra *Os Sertões* foi constantemente invadida pela dialética de um fazer

historiográfico de cunho científico-positivista, cujas bases definem-se pela busca do fidedigno ou na intenção de expressar uma “verdade” a respeito dos fatos narrados. Tais intersecções já foram elucidadas por Bernucci (2001, p.43):

[...] Quando falamos em traços de escritura, trata-se na sua maior parte de marcadores de linguagem que aparecem em *Os Sertões* e que nos autorizam a identificá-los como mais característicos de um discurso que de outro. Assim, e correndo o risco de uma inevitável generalização, poderíamos afirmar que a precisão das datas e o apoio documental interessam à História, ao passo que a sua vaguidade interessa à ficção; como também poderíamos aceitar que, se a testemunha ocular que constata os fatos pertence àquela, a anedota engendrada pela subjetividade de uma personagem, por exemplo, pertence a esta. É na enunciação ainda que se localiza outra marca do discurso ficcional, sempre em caráter oscilante, obrigando a uma mudança de foco narrativo que se despersonaliza para tornar-se anônimo, voltando depois à sua individualização.

Referenciada como um “refluxo em nossa história” (CUNHA, 2001 [1902], p.316), em *Os Sertões* a luta de Canudos

seria transfigurada por meio dos efeitos trágicos de um messianismo de causas perdidas (HARDMAN, 1996, p.295) decorrente, por sua vez, de um Brasil atrasado, avesso à ciência e às instituições políticas modernas. O sertanejo, ora seria vítima e ora rapina, mas, o Conselheiro, este sempre seria retratado de maneira negativa e taxativa: “facínora”, “monstro” (CUNHA, 2001 [1902], p.268). Isto porque o líder anacoreta “reunia no misticismo doentio todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução da nossa nacionalidade.” (CUNHA, 2001 [1902], p.283). E, na perspectiva euclidiana, a nossa nacionalidade deveria ser elevada ao progresso dos novos tempos, daí a profunda aversão a um movimento que refletia os arcaísmos (populares, religiosos, sociais) incompatíveis com o alvorecer da civilização republicana.

4 Perspectivas em debate

Retomando a abordagem de Machado de Assis a respeito de Canudos, terminamos afirmando que, na

perspectiva deste autor, tal movimento configurava-se como um sopro de liberdade naqueles tempos tão duros, de forças ditatoriais que, de cima para baixo, impunham formas de organização social e modelos políticos claramente inadequados à nossa realidade. O tema também teria sido levantado pelo escritor em seu romance *Esau e Jacó* (ASSIS, 1904), no qual os irmãos protagonistas alegorizam as rivalidades entre os regimes monárquico e republicano que, na prática, perpetuavam os princípios de uma mesma práxis política benéfica somente às elites. Isso demonstra a inquietação constante de Machado diante de um processo de transição política que ocorria à revelia dos setores populares. Nesse cenário, atribuir a Antônio Conselheiro a alcunha de celebridade e representar a revolta como um símbolo de liberdade, deve ser compreendido como um ato de transgressão, especialmente num momento em que muitos intelectuais vociferavam contra Canudos (BARTELT, 2009b).

Conforme dito, diferentemente de Euclides da Cunha, Machado não teve contato direto com a carnificina da guerra

contra Canudos, e muito provavelmente suas informações a respeito do movimento provinham da imprensa e de discursos alheios. Ora, a despeito de empirismos, a formulação proposta na crônica “Canção de Piratas” compõe-se de um imaginário extremamente enriquecedor, que dialoga com a literatura de teor romântico, de temas revolucionários. Na referência a Victor Hugo fica clara a analogia de Canudos com os movimentos liberais ocorridos na Europa em 1830, e levados a cabo por camadas populares (burgueses e proletários). Em ambos os autores, a inquietude, e a ênfase na unidade de ação (HUGO, 2007 [1827], p.56), servem de ponto de partida e fonte de inspiração para a concepção literária. Além disso, há uma noção de realidade histórica - em constante intercâmbio com a literatura - que se distancia da metodologia linear progressiva, e flerta com as forças populares, genuinamente abruptas, e capazes de pôr abaixo as mais decrépitas instituições.

E se Machado de Assis constrói sua argumentação por meio de uma tradição estética já em processo de decadência (o

romantismo), Euclides da Cunha, alinhando-se às últimas novidades do início do século XX, esboçava as supostas incongruências de um movimento tido como retrógrado e ameaçador aos códigos da civilização moderna. Trabalhamos com um autor que tem a pretensão de se distanciar de idealizações - pelo menos, daquelas de teor romântico - e que reivindica a autoridade de alguém que presenciou o tema de sua criação. Nesse sentido, a abordagem de Euclides baseia-se numa nova concepção literária, essencialmente relacionada às metodologias científicas que, por sua vez, estariam correlacionadas aos debates em torno da questão do racismo.

De acordo com Vanderley Sebastião de Souza (SOUZA, 2010), embora Euclides da Cunha seja mais frequentemente associado ao movimento pré-modernista, na medida em que emerge de sua narrativa uma forte crítica à realidade brasileira, sua obra também poderia ser associada à literatura naturalista do final do século XIX. O movimento naturalista, como é sabido, tinha como característica principal uma íntima ligação com o cientificismo positivista de Auguste Comte e uma forte crença segundo a qual o mundo social poderia ser explicado a partir das forças da natureza.

Fomos conduzidos, portanto, por sertões díspares: símbolos da transformação revolucionária e do atraso; com duas figuras de Conselheiros: o célebre líder e o criminoso tresloucado; além de distintos sertanejos: piratas românticos e degenerados frágeis e fortes ao mesmo tempo. Relacionando as narrativas de Machado de Assis e Euclides da Cunha, tivemos a oportunidade de cotejar representações que dialogam com tradições literárias diversas. Mas, a despeito de dualismos, em ambos os casos é possível notar a constante intenção de se refletir sobre a realidade do país através da abordagem literária. Em Machado, observamos a predominância de um romantismo de teor nacionalista, tomado de empréstimo de Victor Hugo, este que em sua literatura deu voz às classes pobres. Em Euclides, nos deparamos com a tópica da oposição entre civilização e barbárie, e como partidário de uma nova ordem, o autor opta por um projeto de modernidade que, futuramente, poderia talvez admitir os retardatários de um sertão belo e disforme.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998.

ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó [1904]. In: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1962.

ASSIS, Machado de. A Semana. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 23, n. 45, 14 de fevereiro de 1897. Disponível em:<
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&PagFis=2293&Pesq=canudos>. Acesso em: 02 out. 2015.

ASSIS, Machado de. A Semana. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 202, 22 de julho de 1894. Disponível em:<
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&PagFis=2293&Pesq=canudos>. Acesso em: 02 out. 2015

BARTELT, Dawid Danilo. “Conselheiro na rua do Ouvidor: “Canudos” como acontecimento midiático nacional.” In: _____. **Sertão, República e Nação**. (Tradução de Johannes Krestschmer; Raquel Abi-Sâmara). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009a. p.155-168.

_____. “O consenso de extermínio na República.” In: _____. (Tradução de Johannes Krestschmer; Raquel

Abi-Sâmara). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009b. p.197-217.

BERNUCCI, Leopoldo M. “Prefácio”. In: CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de Canudos. São Paulo-SP: Ateliê Editorial, 2001. p.13-49.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. (Tradução de Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CUNHA, Euclides da. **Diário de uma Expedição**. Salvador, 26 de setembro de 1897. Disponível em:<<http://www.literatura-brasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=6149>>. Acesso: 5 out. 2015.

_____. **Os Sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

GALVÃO, Walnice Nogueira. “Euclides, Elite Modernizadora e Enquadramento.” In: _____. **Euclides da Cunha**. São Paulo: Ática, 1984. p.7-37.

GLEDSON, John. Introdução. In: ASSIS, Machado de. **A Semana**: crônicas (1892-1893). São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p.11-34.

GRANJA, Lúcia; CANO, Jefferson. Introdução. In: ASSIS, Machado de. **Comentários da semana**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008. p.11-51.

GRANJA, Lúcia. “Machado de Assis, jornalista: o homem, o texto, o tempo.” **Olho d’água**, São José do Rio Preto, v. 1, n. 2, p. 75-81, 2009.

HARDMAN, Francisco Foot. “Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, jan./abr., p.293-310, 1996.

HUGO, Victor. **Do grotesco e do sublime**. Tradução de Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota**: a construção de Os Sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. **O carnaval das letras**: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. **As máscaras de Lélío**: ficção e realidade nas “Balas de Estalo” de Machado de Assis. 399f. 2010. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

SANTOS, Lucinéia Alves dos. **Motta Coqueiro, a fera de Macabu:** literatura e imprensa na obra de José do Patrocínio. 136f. 2011. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

SOUZA, Ana Paula Cardozo de. **Machado de Assis e a República de "A Semana":** literatura, imprensa e práticas populares (1892-7). 265f. 2015. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

SOUZA, Vanderley Sebastião de. O naturalismo de Euclides da Cunha: ciência, evolucionismo e raça em Os Sertões. **Fênix:** Revista de História e Estudos Culturais, v. 7, ano 7, n. 2, p.1-22, maio/ago. 2010.

política, humor, artes, além dos sempre presentes folhetins. Em seu prospecto, o periódico defendia o compromisso com a leveza, com a jovialidade, com o bom humor e, principalmente, com o gosto do público. (PEREIRA, 2004; SANTOS, 2011).

Recebido em: 31-05-2016

Aprovado em: 24-10-2016

Publicado em: 16-03-2017

NOTAS

¹ Afinada a um discurso liberal/progressista, a *Gazeta de Notícias* caracterizava-se por suas intenções popularescas. Tratava-se de uma folha vendida a preços acessíveis, ofertada avulsamente nas ruas da cidade por garotos jornalheiros. Até mesmo a aparência do jornal causava uma impressão mais aprazível aos leitores, pois dispensava os excessos de ornamentos que costumavam poluir visualmente muitos periódicos da época. Os temas eram variados: atualidades,